

LEITURA E ESCRITA NA ESCOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO DE LEITORES E ESCRITORES

Daniel Fernandes Lima¹
Lúcia Gracia Ferreira²

RESUMO: Este artigo apresenta um breve estudo sobre a importância da leitura e da escrita na formação de cidadãos pensantes e agentes de sua própria história. Isso, a priori, para compreender, criticar e transformar as práticas de leitura e escrita realizadas por profissionais de educação, em especial, os de língua portuguesa. Também mostrar as críticas já construídas pelas análises, que mudar o sistema educacional vigente é uma necessidade urgente e um processo complexo. Urgente por já não se admitir mais a exclusão e os preconceitos veiculados no âmago das escolas; complexo por envolver mudanças não só no sistema educacional, mas principalmente nos seres humanos envolvidos direta e indiretamente em seus propósitos. Mudar um sistema é uma tarefa razoavelmente difícil; mudar o ser humano, apesar de possível e viável, uma ambigüidade; mudar o mundo, quiçá, uma utopia, mas utopias existem e acreditar nelas é alimentar um sonho eternamente, num sentido intenso e retilíneo, no intuito de torná-los grandes o bastante para se converterem em realidade.

Palavras-chave: *Leitura. Escrita. Língua. Gramática. Educação.*

ABSTRACT: *This article presents a brief study on the importance of the reading and of the writing in the formation of townsfolk thinker and agents of its own history. That, a principle, to understand, to criticize and to transform the reading practices and writing accomplished by education professionals, especially, the mother-tongue. Also to already show the critics built by the analyses, that to change the effective educational system is an urgent need and a complex process. Urgent for already to admit more the exclusion and the prejudices transmitted in the core of the schools; complex for involving changes not only in the educational system, but mainly in the involved human direct and indirectly in its purposes. To change a system is reasonably a task difficult; to change the human, in spite of possible and viable, an ambiguity; to change the world, maybe, an utopia, but utopias exist and to believe in them is alimentary a eternally dream, in an intense*

¹ Licenciado em Letras pela UESB. Especialista em Língua Portuguesa pelo Instituto de Educação Segmento.

² Pedagoga. Especialista em Linguagem: pesquisa e ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB. Mestranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia.

sense and retilíneo, in the intuito of turning them big enough for if they convert in reality.

Keyword: *Reading. Writing. Language. Grammar. Education.*

As atuais práticas de leitura e escrita realizadas pelos docentes em sala de aula não atendem ao propósito básico a que se destinam: formar bons leitores e bons escritores no âmago do ambiente escolar. Contudo, reconhece-se o esforço dos profissionais de educação, especialmente os de língua portuguesa, em articular um plano de (re)valorização da linguagem que busque salientar a importância da leitura e da escrita na vida dos discentes. Mas o problema e as dificuldades são maiores que imaginamos e vão mais além do que o imaginável. Eles transcendem às melhores intenções dos educadores.

O problema já começa na formação dos profissionais de educação. Os profissionais que atuam em sala de aula devem ter conhecimento daquilo que vai ensinar. E, para que estes possam colaborar para a formação de leitores e escritores é necessário que tenham uma boa formação.

Qualquer profissional da educação deve ser formado com um olhar voltado para a formação de cidadãos críticos e reflexivos. Como afirma Imbernón (2005, p. 15) “formar o professor na mudança para a mudança”. A formação do professor de boa ou má qualidade irá contribuir ou não para a formação de indivíduos reflexivos.

São recentes as mudanças e inovações que buscam o aprimoramento e a eficácia do sistema educativo e, sendo novas, causam impacto por baterem de frente com os velhos pilares que alicerçam a nossa rede educacional. Não é de se estranhar essa resistência, afinal as novas práticas são desconhecidas e consideradas inseguras, instáveis; em contrapartida, as velhas práticas docentes são conhecidíssimas de todos e consideradas como um meio seguro de se garantir o processo ensino-aprendizagem. Em educação, costuma-se seguir o adágio popular, “melhor um pássaro na mão do que dois voando”, que não crê que arriscar é preciso e, mais que preciso, é um dos sentidos necessários para se construir a alegria e buscar a “salvação”.

Tradicionalmente, as nossas escolas têm adotado em seu percurso a língua, no sentido da sua descrição e da sua estrutura, como objeto principal no ensino de língua portuguesa. Diversas propostas inovadoras têm surgido no ambiente escolar, visando uma reconstrução do real e das

possibilidades no ensino da língua materna. Estas propostas elencam a leitura e a escrita como atores principais de uma peça revolucionária, que busca enfatizar as necessidades pessoais e sociais do homem frente ao seu próprio mundo: o drama de interpretá-lo nas suas vivências mais íntimas. Porém, esta é uma proposta que gera sentimentos contrários nos corações e nas mentes das pessoas ligadas direta ou indiretamente à educação. Como já mencionado anteriormente, o novo choca a todo instante por ser desconhecido, pré-julgado inseguro e, acima de tudo, trabalhoso, pois exige mudanças não só nas estruturas das peças como em todos os personagens, principais ou coadjuvantes, que participam da encenação da mesma.

Este artigo não pretende traçar um plano terrorista que visa atrair homens e/ou mulheres-bomba como cobaias na intenção de demolir a Gramática, monarca da Língua, e busca instaurar um sistema ditador, onde a prática anti-gramatical seja vista como meio de salvação. Via-se, sim, sugerir um despotismo esclarecido, onde a Gramática, a Leitura e a Escrita governem juntas o mundo da Língua não como sujeitos³ uns dos outros, mas como cidadãos em plena igualdade e hierarquia. Concordo plenamente com Possenti (1998, p.17) quando este diz que a obrigação da escola é ensinar aos alunos a gramática normativa⁴, pois sendo esta instrumento de inclusão ou exclusão na sociedade e no mundo, cabe ao professor ensiná-la na sua forma mais adequada (contextualizando-a) e garantir aos seus alunos possibilidades de acesso a igualdades nos âmbitos social, político e econômico. Uma das funções da escola é “democratizar a cultura dominante” (LERNER, 2006, p.14). Deixar de ensinar a gramática se constituiria, assim, em crime gravíssimo contra os direitos humanos estabelecidos, a princípio, em Paris, onde uma Assembléia Constituinte produziu e proclamou solenemente a primeira Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, no ano 1789⁵.

O que pretendemos neste artigo é despertar a consciência de todos nós professores de língua portuguesa para as necessidades de se revisar as práticas de estudo e aplicação da gramática normativa na sala de aula. Buscamos despertar os espíritos adormecidos e/ou

³ O termo sujeito foi utilizado aqui com o sentido de súdito: que está submetido à vontade de outrem; sujeito. Aquele que está submetido à vontade de outrem; vassalo.

⁴ É importante salientar que o ensino da gramática normativa aqui defendido não é o ensino tradicional gramatical que vem se arrastando desde os primórdios da nossa educação; o ensino gramatical sugerido neste artigo é o ensino de uma gramática contextualizada com o real, com a vida do aluno e com os componentes que fazem parte do seu meio.

⁵ Ano da grande Revolução Francesa que transformou não só a França, mas grande parte do mundo ocidental.

acomodados com as normas estabelecidas por uma “elite” minoritária que se julga detentora de todo o saber verdadeiro e válido na humanidade, per omnia secula⁶. Estamos colaborando intensivamente com a manutenção dos preconceitos, das discriminações e das exclusões. Acreditamos que um trabalho mais coerente poderia ser realizado em Língua Portuguesa se a leitura e a (re)escritura de textos fossem vistas como um meio e um fim: um meio de se alcançar uma educação mais democratizante, pautada na inclusão do ser humano no seu próprio mundo; e um fim, no sentido de alvo, a ser atingido para o aprimoramento da qualidade e da humanização do nosso sistema escolar então vigente. É preciso redefinir o conceito de tempo na sala de aula: “as escolas costumam ensinar fragmentos de saber distribuídos em pequenas parcelas de tempo” (LERNER, 2006, p.16). É preciso derrubar os velhos paradigmas que concebem o ensino de língua portuguesa como mera e simplesmente o ensino da gramática normativa; que concebem a própria língua reduzida à gramática e as suas respectivas normas e fórmulas. É preciso fazer da sala de aula um ambiente propício para se desenvolver a leitura e a escrita. Não a leitura e a escrita condicionadas a todo instante pelo professor, direcionadas por ele. Trata-se aqui de uma abertura maior para que os alunos possam escolher os seus objetos de leitura e de escrita sem preocupação demasiada com o tempo. Liberdade de escolha. Liberdade para ler e escrever. Liberdade para se estabelecer relações e interpretações com o texto lido ou escrito. O aluno deve ser motivado pelo professor a adotar para si as práticas de leitura e escrita. Estas devem ser motivo de prazer, e não obrigação, punição ou até mesmo tortura. Infelizmente as nossas escolas ainda não têm assumido esta postura inovadora com a seriedade e a dedicação que ela exige e por isso tornam-se preceptoras de uma ordem excludente e pré-conceituosa.

Paulo Freire (1994, p. 98), um dos maiores filósofos educacionais do Brasil, disse que “a leitura de mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”. Essa é uma das idéias mais brilhantes de Freire. A minha leitura de mundo precedendo e determinando a minha leitura da palavra, e esta sendo fundamentalmente essencial para a continuidade e a ampliação daquela. Neste sentido, poderíamos dizer que texto e mundo se confundem: a leitura e/ou a escrita do texto pode decifrar o mundo. Se se concebe esta idéia como portadora de verdade, não há como negar que não se pode conceber mais o ensino de

⁶ “per omnia secula” – por todos os séculos

língua portuguesa dissociado das práticas de leitura e escrita em sala de aula. Ela é mais um dos ambientes que devem proporcionar ao aluno opções, possibilidades e prazeres de leitura e escrita de texto. Sobre a necessidade de se implantar a leitura e a escrita na escola, Lerner (2002, p. 17, 18) afirma:

O necessário é fazer da escola uma comunidade de leitores que recorrem aos textos buscando resposta para os problemas que necessitam resolver, tratando de encontrar informação para compreender melhor algum aspecto do mundo que é o objeto de suas preocupações, buscando argumentos para defender uma posição com a qual estão comprometidos, ou para combater outra que consideram perigosa ou injusta, desejando conhecer outros modos de vida, identificar-se com outros autores e personagens ou se diferenciar deles, viver outras aventuras, inteirar-se de outras histórias, descobrir outras formas de utilizar a linguagem para criar novos sentidos... O necessário é fazer da escola uma comunidade de escritores que produzem seus próprios textos para mostrar suas idéias, para informar sobre fatos que os destinatários necessitam ou devem conhecer, para incitar seus leitores a empreender ações que consideram valiosas, para convencê-los da validade dos pontos de vista ou das propostas que tentam promover, para protestar ou reclamar, para compartilhar com os demais uma bela frase ou um bom escrito, para intrigar ou fazer rir... O necessário é fazer da escola um âmbito onde leitura e escrita sejam práticas vivas e vitais, onde ler e escrever sejam instrumentos poderosos que permitem repensar o mundo e reorganizar o próprio pensamento, onde interpretar e produzir textos sejam direitos que é legítimo exercer e responsabilidades que é necessário assumir.

Sabemos que a escola vem reproduzindo um sistema excludente em seu sistema didático desde a sua fundação primeira até os dias atuais. Excluem-se negros, índios, mulatos, até mesmo brancos, todos pobres, pertencentes a uma classe desprivilegiada que sofre na pele as atrocidades de uma sociedade capitalista pautada no sistema de domínio daqueles que detém o poder econômico sobre o restante da população. Sabemos também que a leitura e a escrita são práticas sociais “aristocráticas”. Crianças das classes média e alta, por exemplo, têm acesso a possibilidades e a recursos que as crianças de classe baixa não possuem: livros; jornais; internet; pais de grau escolar elevado e praticantes de leitura e escrita em seu dia-a-dia, o que influencia o interesse dos seus respectivos filhos. É neste ponto que a escola deveria assumir um papel social que visa à inclusão de todos os seus alunos, ricos ou pobres, brancos ou negros, na sociedade e no

mundo. Ela deveria se sensibilizar e se responsabilizar pela democratização das práticas aristocráticas. Ler e escrever são, pois, um direito de todos e é dever da escola possibilitar a realização deste processo aos seus alunos. É desumano a escola não viabilizar aos seus alunos, em seu ambiente, o acesso a saberes e práticas que dignifiquem a vida do ser humano enquanto cidadão pensante e agente da sua própria história. Tudo o que gera preconceitos fora da escola não deve e não pode jamais gerar dentro dela. É nela que devem ser desfeitos esses preconceitos. A escola é o espaço de incluir os excluídos pela sociedade e pelo mundo; é o espaço de gerar sonhos e colaborar para a realização deles.

Professores, alunos, pais e diretores têm o direito de sonhar, mais que isso, eles precisam sonhar e acreditar nos seus sonhos. Infelizmente na escola não há mais espaço para os sonhos. Tempo é dinheiro e dinheiro é poder. Sonhos não trazem poder, não amamentam “nossos” filhos. Sonhar é perda tempo. Eis conceitos tão arraigados e veiculados no âmago das nossas escolas. A escola continua funcionando como uma máquina implacável geradora de fontes vitais para a propagação e continuidade da exclusão. A educação perdeu seu ideal social e libertário, se é que já o teve (no sentido mais estrito) algum dia, e passou a ser pautada sobre a comercialização do saber: “ensina”-se para quem pode pagar! Por trás disso há todo um interesse político, social e econômico difícil de ser combatido.

Educar é uma arte (pelo menos é o que deveria ser) e, sendo arte, assume, ao mesmo tempo, as funções de compartilhar saberes, prazeres e sonhos. Tomando esse ponto de vista como válido e relevante, haveremos de concordar que a arte não exclui, ela, ao contrário, inclui o seu leitor/apreciador no mundo que ela cria/traduz/retrata. O artista mescla realidade e fantasia na busca incessante de compreender o seu mundo e os outros mundos, nas tonalidades grave e agudo. Os educadores deveriam assumir a sua função inspirados nos trabalhos dos artistas (teimando, e sofrendo, e suando, e limando, e fazendo, e refazendo). A educação não está pronta, o ensino, tal qual, idem. A escola deve ser espaço para criar e recriar, não para copiar e reproduzir idéias e sentimentos antigos. É preciso mudar a concepção de práticas educacionais prontas. A educação está aberta; pronta... só para mudanças. Só assim, talvez, poderíamos pensar num mundo mais fraterno, justo e solidário para todos, onde um lugar comum exista e seja espaço de todos os homens e de todos os sonhos dos homens.

Democratizar a leitura e a escrita na escola não é adotar métodos inovadores por eles serem moda e estarem na moda. Essa prática não adianta. As mudanças não virão. Precisa-se assumir posturas inovadoras em todos os sentidos. Conhecê-las e vivenciá-las em seus vícios e em suas virtudes. A prática só terá sentido para o aluno se ele perceber que o tem para o professor. Se o professor não acreditar nas mudanças e nas transformações que uma nova postura pode contemplar à humanidade, tão pouco seus alunos crerão. Tudo começa pelo professor, através da conscientização, passando para a prática e, em seguida, para a democratização da escola em seu próprio ambiente e fora dele. “Se o melhor dos mundos não é possível, vamos então, pensar num mundo melhor” (SATO; CARVALHO; et al 2005, p.77) e mais justo. Delia Lerner lança o desafio que os professores de língua precisam assumir para viabilizar uma mudança na concepção do ensino de leitura e escrita na escola:

O desafio é (...) formar leitores que saberão escolher o material escrito adequado para buscar a solução de problemas que devem enfrentar e não alunos capazes apenas de oralizar um texto selecionado por outro. (...) O desafio é conseguir que os alunos cheguem a ser produtores de língua escrita, conscientes da pertinência e da importância de emitir certo tipo de mensagem em determinado tipo de situação social, em vez de se treinar unicamente como copistas que reproduzem – sem um propósito próprio – o escrito por outros, ou como receptores de ditados cuja finalidade – também estranha – se reduz à avaliação por parte do professor. (...) O desafio é conseguir que a escrita deixe de ser na escola somente um objeto de avaliação, para se constituir realmente num objeto de ensino (...) chegar a leitores e produtores de textos competentes e autônomos (LERNER, 2002, p. 27-29).

A democracia cultural se alcança através de um processo de distribuição igualitária de “bens simbólicos”, onde os valores de significações estejam acima dos valores de mercadoria. O acesso à leitura e à escrita aqui é visto como uma condição de existência dessa democracia cultural; é uma forma de se inserir seres humanos no próprio mundo em que vivem e de onde foram excluídos. É importante ressaltar que uma didática democratizante do ensino da leitura e escrita, adotada pelos profissionais de língua portuguesa, pode possibilitar mudanças coletivas e individuais nas pessoas envolvidas direta e indiretamente no sistema educacional. Todo homem que lê e escreve constantemente tem chances maiores de se inserir no meio coletivo em que vive

e de se aperfeiçoar enquanto ser pensante e agente do seu próprio mundo. É como nos afirma Paz: “(...) O homem, me parece, não está na história: é história” (PAZ, 1994 apud SATO; CARVALHO; et al, 2005, p.79).

Segundo Paz (PAZ, 1994, apud SATO; CARVALHO; et al, 2005, p.77), o texto literário é a “representação do mundo”, uma “metáfora da realidade”. Se concebermos o mundo como um texto haveremos de convir que várias leituras e interpretações podem ser feitas a partir dele. Cada leitor vai ler e interpretar o mundo-texto de acordo com os seus (pré)conceitos e vivências de mundo. O texto é aberto a várias possibilidades interpretativas, seja no mundo real ou imaginário, respeitados, é claro, os seus limites intrínsecos. Segundo Barcelos (2005, p. 78):

O texto literário, para Paz, é tecido por sentimentos e por fragmentos do cotidiano, compondo o mundo relativo de cada hora, de cada dia. Assim sendo, tem a capacidade única de, por meio de ficções e até mesmo de mentiras, revelar verdades que por ora se encontram escondidas na sociedade. A literatura, ao mesmo tempo em que nos encanta pelo fato de fazer-nos inventar realidades, nos fascina por ter a capacidade de nos fazer duvidar da realidade. (...) Traz, escondido em suas entrelinhas, vários outros mundos virtuais à espera de leituras, interpretações e representações. Serão tantos mundos e tantos textos quantos(as) forem os seus leitores ou as suas leitoras. Ler e escrever se constituem maneiras de nomear ou de decifrar signos. Seria como fazer uma caminhada, uma peregrinação⁷. Pois, pela sua própria natureza, o ato de escrever vai sempre adiante de si mesmo. (...) A escritura seria, assim, um processo de peregrinação pelo mundo ou pelo próprio corpo. A literatura é aqui vista como mais uma forma de produzir conhecimento, constituindo-se, portanto, em um imenso mosaico formado pelos fragmentos da complexidade que são os seres humanos. Por outro lado, o texto literário acaba transformando-se em uma trama capaz de registrar crenças, costumes, conceitos, preconceitos, valores, em um mundo cada vez mais marcado pelo caos e pela incerteza.

Nessa perspectiva, instaurar um processo “inovador” como o de lançar a leitura e a escrita como práticas curriculares no ensino de língua portuguesa, como já afirmado anteriormente, não é uma tarefa fácil e, tão pouco, cabe única e exclusivamente à escola. É cômodo, pois, lançar a escola à “fogueira santa” como se ela fosse a única responsável pelo processo educativo. Que ela

⁷ Para Paz, a leitura é considerada como um caminho... o caminho como uma leitura, uma interpretação do mundo natural: “ler um pedaço de terreno, decifrar um pedaço de mundo”.

tem uma grande parcela de culpa é evidente até aos olhos dos educadores mais ufanos e céticos. Porém, existem fatores externos às nossas escolas que colaboram para a sustentação dos pilares elitizantes: a concepção que os pais dos alunos e a própria sociedade têm do ensino de língua portuguesa; as dificuldades de infra-estrutura das escolas (escolas públicas em especial); a falta de recursos aos professores para que estes tenham acesso às novas informações e propostas didáticas emergentes, a falta de valorização desses profissionais que, na maioria das vezes, se submetem a uma carga horária desumana, em busca da própria sobrevivência, bem como, as amarras curriculares com vistas a um ensino utilitário e a ausência de políticas públicas voltadas para uma educação libertária e transformadora que permite aos agentes educacionais refletirem a própria prática, em busca da responsabilidade social da educação. Mudar um sistema é uma tarefa razoavelmente difícil; mudar o ser humano, apesar de possível e viável, pode gerar ambigüidades a depender do ponto de vista adotado (sempre vai haver um bem e um mal); mudar o mundo, quiçá, uma utopia, mas utopias existem e acreditar nelas é alimentar um sonho eternamente, num sentido intenso e retilíneo, no intuito de torná-los grandes o bastante para se converterem em realidade. Imbernón (2005, p. 65) afirma que “na formação para a aquisição do conhecimento profissional pedagógico básico, deve haver lugar para a mudança, e não temos de temer a utopia”.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito Lingüístico**: o que é, como se faz. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BARCELOS, Valdo H. L. “Escritura” do mundo em Octavio Paz: uma alternativa pedagógica em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO Isabel. **Educação Ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**, em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1994.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza**. 5 ed., São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINS, Maria Helena. **O Que é Leitura**. 19 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

POSSENTI, Sírio. **Por Que (Não) Ensinar Gramática na Escola**. 2 ed. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leituras no Brasil, 1998.

LERNER, Delia; trad. Ernani Rosa. **Ler e Escrever na Escola: o real, o possível e o imaginário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

_____. **É Preciso dar Sentido à Leitura**. Nova Escola. Nº. 195. P. 13 a 16, setembro de 2006.

SATO, Michèle; CARVALHO Isabel. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.